



A candidata universal: performatividade e estratégia política de uma parlamentar ligada à IURD

The universal candidate: performativity and political strategy of a parliamentarian linked to the UCKG

*Paulo Gracino Junior**

*Fabício Roberto Costa Oliveira***

*Willelm Martins Andrade Jardim****

Resumo: Este artigo analisa as formas discursivas e a performatividade presentes na campanha da deputada estadual Jucélia Freitas, a Tia Ju, focando-se nas estratégias acionadas por ela nas eleições para deputada estadual de 2018 e 2022. Trata-se de uma candidatura feminina, negra e religiosa, construída em um partido com fortes vínculos com a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Procura-se analisar os discursos e práticas que potencializaram uma mulher negra a ocupar um espaço de poder tão proeminente, num partido vinculado a uma instituição religiosa, em contextos institucionais em que as mulheres não são protagonistas. Para tanto, analisamos redes sociais da candidata (Facebook, Instagram e site do partido), bem como materiais e discursos de campanha. Nossa pesquisa revela que a candidata enfatiza a identidade religiosa, ao mesmo tempo em procura ampliar sua base eleitoral e disputar os sentidos das diversas identidades que a atravessam: mulher, negra, periférica e nordestina. Nestes termos, a candidatura permite à IURD e ao Republicanos a articulação de demandas destes setores, que são aglutinados a partir do que classificamos como a “Candidata Universal”.

Palavras-chave: Religião. Política. IURD. Eleições estaduais.

Abstract: This article analyzes the discursive forms and performativity present in the campaign of state deputy Jucélia Freitas, known as “Tia Ju”, focusing on the strategies she employed in the 2018 and 2022 state deputy elections. This is a female, black, and religious candidacy constructed within a party with strong ties to the Universal Church of the Kingdom of God (IURD). The aim is to analyze the discourses and practices that empowered a black woman to occupy such a prominent position of power in a party linked to a religious institution, in institutional contexts where women are not protagonists. To this end, we analyze the candidate’s social media (Facebook, Instagram, and the party’s website), as well as campaign materials and discourses. Our research reveals that the candidate emphasizes her religious identity, while at the same time seeking to broaden her electoral base and dispute the meanings of the various identities that intersect her: woman, black, from the periphery, and from the Northeast. In these terms, the candidacy allows the IURD and the Republicanos party to articulate the demands of these sectors, which are aggregated around what we classify as the “Universal Candidate”.

Palavras-chave: Religion. Politics. UCKG. State elections.

* Doutor em Sociologia (UERJ, Rio de Janeiro-RJ). Professor do Departamento de Sociologia da UnB (Brasília-DF) e do PPG em Sociologia Política do UCAM (Rio de Janeiro-RJ). ORCID: 0000-0002-6764-4797 – contato: paulo.junior@unb.br

** Doutor em Ciências Sociais (UFRRJ, Seropédica-RJ). Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFV (Viçosa-MG). ORCID: 0000-0002-5522-6192 – contato: fabriciooliveira@ufv.br

*** Mestre em Sociologia Política (UCM, Rio de Janeiro-RJ). ORCID: 0000-0002-8160-4257 – contato: willelm.jardim@gmail.com

Introdução

Este artigo analisa as formas discursivas e a performatividade presentes na campanha da deputada estadual Jucélia Freitas, a Tia Ju, para a reeleição ao cargo no Estado do Rio de Janeiro nas eleições de 2018 e 2022. Trata-se de uma candidatura feminina, negra e religiosa em um partido de fortes vínculos com a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

Nesse sentido, entendemos que a viabilidade da candidatura está potencializada ao vínculo religioso e propósitos institucionais. Dessa forma, a análise passa não apenas pela candidata, mas pelo estratégico vínculo institucional e discursos. Vale destacar que não tomamos estratégia aqui como sinônimo de ação racional visando obter ganhos, uma vez que não partimos da ideia de um ator totalmente livre para executar suas ações, mas de sujeitos que se constroem dentro e através de processos de subordinações e sujeições que, ao mesmo tempo em que limitam, permitem sua possibilidade de performatividade. (Butler, 2017). Nesse sentido, ao contrário da performance – que pressupõe um sujeito que encena –, a performatividade pretende combater a própria noção de sujeito, mostrando “os modos como a subjetividade é constituída em momentos históricos específicos como efeito de certos atos” (Murphy, 2012: 447). Assim, o poder que dá origem ao sujeito não mantém uma relação de continuidade com o poder que constitui a sua potência (capacidade de ação). Quando o poder modifica o seu estatuto, passando a ser condição de potência, converte-se em a própria potência do sujeito (constituindo uma aparência de poder na qual o sujeito aparece como condição de seu próprio poder), produz-se uma inversão significativa e potencialmente permitida (Butler, 2010, p. 23).

O propósito da pesquisa é analisar quais os discursos e práticas que potencializaram uma mulher negra a ocupar um espaço de poder tão proeminente, num partido vinculado a uma instituição religiosa, em contextos institucionais em que as mulheres não são protagonistas. Portanto, como esperamos deixar claro mais à frente, ainda que as candidaturas femininas na IURD nasçam de maneira mais ou menos orgânica, no sentido de que não são impostas por lideranças oficiais da igreja, como pastores ou bispos, tais candidaturas acabam por cumprir um papel paradoxal no que diz respeito ao feminino, seu empoderamento e visibilidade. Se, por um lado, o avanço de candidaturas femininas em uma instituição que interdita às mulheres o acesso aos seus postos de comando pode, obviamente, ser vista como um reposicionamento e um protagonismo do feminino dentro da IURD, por outro, a ressemantização deste mesmo feminino através de uma hermenêutica conservadora leva mulheres candidatas e eleitas a se colocarem em um lugar de subalternização, inclusive reforçando algumas linhas de força da sociedade patriarcal, disputando e invertendo os sentidos de algumas pautas dos movimentos feministas. Nesse mesmo sentido, é preciso ressaltar que a inclusão de candidaturas femininas obedece à lógica eleitoral, ao mesmo tempo em que responde a um ambiente de empoderamento feminino, permitindo à IURD e ao partido Republicanos a articulação de demandas de grupos identitários que se querem representados que, agora, podem ser aglutinados a partir do que classificamos como a “Candidata Universal”. Assim, não obstante a sujeição das candidatas a estruturas partidárias e religiosas atravessadas e organizadas por discursos patriarcais,

há uma possibilidade de ação, mesmo que ambivalente e condicionada; voltaremos a este tópico.

Para tanto, a partir da observação direta, buscamos a apreciação das ações dos envolvidos, seus discursos sobre suas ações e sobre a dos outros envolvidos (Chauvin e Jounin, 2015) em momentos da campanha, como comícios e campanha corpo a corpo na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, analisamos os materiais de campanha buscando perceber como a candidata se revelava ao público. No mesmo sentido, analisamos redes sociais da candidata no Facebook, Instagram e o site do partido político da candidata, vinculado à IURD. Nessa tarefa, dedicamos especial atenção ao vínculo religioso da candidata, pois se trata de uma das questões centrais do texto.

É importante ressaltar que a proposta de “observação virtual” não significa a utilização dos métodos de pesquisa das análises de rede, que lançam mão de modelos matemáticos e quantitativos; do mesmo modo, não estamos propondo uma “netnografia” (Kozinets, 2014), uma vez que o intuito do trabalho não é investigar as relações sociais que se dão em rede a partir dos laços de relação digital em torno da deputada. Aqui, as postagens da rede social são enxergadas como documentos, como registros históricos do período eleitoral. Sendo assim, não se pode falar em “observação do virtual”, porque não interessa para a pesquisa o que transcorreu como efeito das postagens no mundo virtual, mas sim a observação de um fato, palpável, observável, que foi registrado no mundo digital.

Hammersley e Atkinson (2019), ao observar as possibilidades e os impactos das tecnologias digitais no campo das ciências sociais, identificaram que o termo “etnografia digital” tem sido utilizado de maneiras distintas, como em pesquisas com foco restrito em redes e comunicações mediadas pelo computador, uso da tecnologia digital pelos atores sociais, para criar e reconstituir produtos de pesquisa etnográfica, entre outros. De todas as formas, um dos impactos dessas tecnologias digitais são as possibilidades abertas para a coleta de dados e elaboração de projetos de pesquisa.

A candidatura de uma mulher negra e nordestina, características enfatizadas por ela, nos chamou a atenção, uma vez que o contexto político-institucional brasileiro é de predominância masculina e branca¹. No mesmo sentido, a IURD é conhecida por um posicionamento adequado à disseminação de uma postura feminina identificada com a conservação do modelo de família patriarcal, que, pela perspectiva adotada neste artigo, entendemos como uma forma de disputar as noções do feminino. Esses contextos institucionais foram fundamentais para estimular nosso estudo sobre a candidatura de uma mulher negra que agrega a maior parte de seu eleitorado em função do vínculo religioso. Portanto, o que nos mobiliza neste estudo, sob o contexto da sub-representação da mulher negra na política brasileira e do investimento eleitoral de agentes evangélicos, é elucidar as estratégias empregadas na construção discursiva de um sujeito que procura aglutinar demandas e efetivar a passagem de demandas democráticas a demandas populares (Laclau, 2013).

1 Nas eleições de 2022 persistiu a grande predominância de homens bancos, A Câmara Federal, por exemplo é composta por homens (82%) que se declaram brancos (72%), casados (70%) e com ensino superior completo (83%).

A mobilização de demandas sociais por discursos religiosamente situados não é propriamente uma novidade e já conta com uma vasta literatura que versa sobre religião, política e movimentos sociais, tanto no Brasil (Romano, 1979; Mainwaring, 1989 e Lowy, 1996 e 2000, etc.) quanto na Europa (Hervieu-Léger, 1993 e Davie, 2010) África e nos EUA (Haynes, 2020), entre outros cenários. Concentrando-nos apenas no caso brasileiro, embora parte das publicações mais clássicas de destaquem a relação entre igreja católica (Mainwaring, 1989 e Lowy, 1996, etc.) e movimentos sociais classificados sob a alcunha de progressistas. Trabalhos mais recentes têm explorado a aproximação do catolicismo com movimentos conservadores (Rodeghero, 2002; autores 2021).

De toda sorte, se em algum momento o catolicismo conseguiu de fato mobilizar discursivamente parte dos anseios da população periférica do Brasil, assim como os sindicatos e partidos (Martins, 1994), nos dias atuais assistimos à paulatina perda de seu capital político² traduzido tanto na perda da capacidade de fixar discursivamente os sentidos das demandas sociais quanto no declínio gradual dos que se declaram católicos (Autores). Paralelamente a esse processo, outros dispositivos e sujeitos ganham cada vez mais relevo na tarefa de estabelecer uma articulação entre demandas particulares/diferenciais em equivalentes, mobilizando os sentidos, aglutinando-os no que Laclau e Mouffe denominaram ponto nodal (Laclau; Mouffe 1985:83; Mendonça 2003). Nesses processos, o que os autores entendem por significantes vazios (Laclau; Mouffe 1985), tais como democracia, liberdade e família, têm seus sentidos mobilizados e passam a atuar como uma força centrípeta, fazendo com que grupos com interesses específicos e às vezes discrepantes passem a gravitar em torno de um ponto nodal, ensejando um antagonismo do tipo “nós x eles”, possibilitando a constituição de uma identidade política.

Como temos defendido em trabalhos recentes as denominações evangélicas constituíram-se nas principais interlocutoras das demandas da população periférica e o fazem não só do ponto de vista da escassez, da opressão e marginalização, mas tendo como principal mediador o discurso teológico de fundo moral. É importante lembrar que, mesmo em contextos em que as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) foram os grandes artífices dos movimentos sociais, e o catolicismo da libertação uma ferramenta potente de mobilização do significado da linguagem política transformada em ação, como nos assentamentos do Movimento dos Sem-Terra (MST), as igrejas evangélicas ganham terreno como articuladoras legítimas das demandas sociais (Py & Pedlowski 2020). Antes de ser máquinas de alienação, as igrejas evangélicas são tecnologias de organização social da periferia, peças centrais da engrenagem populista conservadora – “máquinas de ressonância” (Connolly, 2005) – para a produção de sujeitos das políticas conservadoras de fundo neoliberal.

Dessa forma, desde que começaram a participar de forma organizada do cenário político nacional, especialmente após a abertura pós-ditadura cívico-militar da década de 1980, as igrejas evangélicas mobilizaram e afinaram uma gramática e uma ação política que, como veremos no caso em tela, foi sendo complexificada e ganhando novos contornos à medida que se emulsificava com as demandas de outros sujeitos aderidos

2 É importante salientar que alguns autores têm demonstrado certa retomada da influência pública do catolicismo, especialmente em sua face conservadora (Py, 2021).

ao discurso religioso.

Nesse sentido, o modo de fazer política inaugurado pelos pentecostais, nas eleições de 1986, tem como base uma articulação das denominações para eleger candidatos que as representem. Não são candidatos isolados, políticos que por acaso são evangélicos, mas, sim, evangélicos que se tornaram políticos com o carisma e apoio de suas denominações e, sobretudo, para representar os interesses de suas denominações no congresso nacional (Freston, 1993). Uma delas está relacionado ao interesse nas mídias, como as concessões de rádio e televisão, estratégicas para expansão das igrejas (Carranza, 2013, Cerqueira, 2021).

Camurça (2020), escrevendo sobre a participação evangélica na política brasileira, traça uma tipologia na qual identifica três fases da atuação evangélica posterior à sua irrupção organizada na política, pós-década de 1980. Ainda que os evangélicos possam não compor um bloco coeso quando o assunto é a atuação política, o autor conseguiu segregar três momentos distintos: o período de 1989 até o final dos anos 1990, na qual estiveram engajados no apoio a forças de direita, como na campanha de Fernando Collor em 1989 e nas eleições de Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998; a segunda fase, que corresponde a aliança com Partido dos Trabalhadores, e forças de centro-esquerda para eleição nas eleições de Lula (2002 e 2006) e Dilma (2010 e 2014); e um terceiro momento, marcado pelo abandono da coalizão de centro-esquerda e no engajamento em discursos e projetos neoliberais, articulações para o *impeachment* da presidenta Dilma e o apoio à candidatura e governo de Jair Bolsonaro.

Não coincidentemente, essas “fases” são semelhantes, para não dizer, idênticas à postura apresentada pela IURD nesses pleitos. Isso deixa evidente a relevância da posição da Igreja na política no que diz respeito ao apoio evangélico e, também, sua quase predominância na percepção acadêmica quando se observa o fenômeno. A atuação política da IURD insere-se em um contexto de ampla organização de evangélicos em busca de participação na política eleitoral.

O processo que elucida a estratégia de ocupação do espaço público pela IURD, segundo Oro e Tadvald (2015), se dá em três etapas que correspondem a lógica empreendida pela IURD. Sua atuação segue no sentido de aproximar-se, apropriar-se e depois exacerbar ou transformar. Explicamos: o que eles notaram foi o movimento comum na ocupação estabelecida pelos templos da igreja, nas mídias e também na política. Primeiramente, a denominação aluga um espaço, teatros e cinemas, espaços em rádios, e começa a lançar candidaturas em diversos partidos; depois, a instituição procura controlar, adquirir, comprando os espaços de culto, comprando rádios e TVs já existentes e controlando uma sigla partidária. Em um terceiro momento, ela constrói catedrais, cria um partido e investe pesado para transformar a mídia em uma potência. Toda a rede midiática e de templos capilarizados pelo país tornam-se importantes formas de mobilização política; são, como dissemos em outros trabalhos (Autores XX), tecnologias de organização social, atuando como dispositivos de dominação política. Dessa forma, a IURD foi protagonista na organização partidária e fundamentou a criação de um partido, o que vamos abordar a seguir.

A república Universal: a IURD e o Republicanos

Afirmar que a IURD possui um partido político não é a forma mais exata de definir a relação da igreja com o Republicanos e pode soar como uma acusação equivocada. Por outro lado, não se pode afirmar que a relação entre o partido e a instituição religiosa não seja efetiva, uma vez que a totalidade dos pastores e nomes vinculados à instituição são candidatos pelo Republicanos.

Nesse sentido, o artigo de Cerqueira (2021) revela que a IURD ocupa os principais postos de direção do partido e que, por isto, mantém controle sobre suas decisões. O fato de a IURD ser verticalizada favorece o controle da direção da igreja sobre o partido, sem muitas mediações. Segundo a autora, “o Bispo Macedo delineou o sistema iurdiano de forma que nenhuma das camadas desta hierarquia seja capaz de intervir em suas decisões, preservando sua autoridade” (Cerqueira, 2021, p. 3). Caso os candidatos da IURD estivessem dispersos em diversos partidos, isto exigiria diversidade de negociações e possibilidade de concorrência entre os diversos grupos. Em 2005, por exemplo, quando candidatos da IURD se concentravam no PL, o partido teve conflitos com Edir Macedo (Cerqueira, 2021). Nesse contexto, o presidente do partido, Valdemar da Costa Neto, teria declarado que os parlamentares atrelados à IURD defendem mais a Igreja do que o partido (Oro, 2003). Assim, a IURD colocou em prática o projeto de desenvolver um partido político ligado à Igreja.

De acordo com reportagem da “Folha de São Paulo” (Carrielo, 2005), a intenção era de que o partido fosse controlado pelos bispos da igreja. Segundo a reportagem, houve atuação direta da igreja no recolhimento de cerca de 400 mil assinaturas que eram necessárias para criação do partido; estas assinaturas eram colhidas nas portas dos templos da IURD. Segundo Souza (2013, p. 124), o Partido Republicano Brasileiro “foi criado explicitamente para atender aos interesses da IURD. Empresas construtoras de templos iurdianos foram apontadas como as maiores doadoras para o PRB”.

A formação do partido permitia um maior controle das decisões, sem maiores negociações com diversos “caciques” partidários. As igrejas eram locais importantes na coleta das assinaturas e se mostraram estratégicas para a formação do partido, assim como têm se mostrado fundamentais em campanhas (Prandi, Santos, Bonato, 2021). O partido não é formado exclusivamente por membros da Igreja Universal – este é um fator estratégico. Isso porque o partido ganha legitimidade de poder afirmar que não está investindo contra a laicidade do Estado, o que facilita o diálogo com outros partidos políticos e com eleitores de outras denominações religiosas. Afinal, o partido se propõe a ampliar sua gama de eleitores, ultrapassando a identificação iurdiana.

Nesse sentido, uma candidatura emblemática é a de Celso Russomanno, que se diz um católico praticante. Russomanno, ao ser interpelado por sua ligação ao partido, afirma que não há associação entre as duas instituições (Cerqueira, 2021). Ao mesmo tempo em que o partido quer ser visto como ligado aos interesses da IURD pelos seus fiéis para que estes depositem nele seus votos, parece desejar que a população como um todo os veja como ligado a interesses mais gerais da sociedade brasileira. Pessoas avessas à IURD, poderiam deixar de votar no Republicanos, o que poderia trazer prejuízos eleitorais. Nesse sentido, a Universal orienta que os candidatos a cargos majoritários

não utilizem títulos eclesiásticos como nome nas campanhas, para que pessoas de outras filiações religiosas não deixem de votar em seus candidatos (Cerqueira, 2021: p. 12).

Oficialmente, o Republicanos não é um partido evangélico e há interesse de ambas as partes envolvidas de que as evidências de suas ligações se restrinjam a espaços mais reservados. A associação à IURD proporciona um importante ganho em influência eleitoral. Porém, outro ponto de destaque é a percepção negativa da atuação da igreja, tanto por parte de seus concorrentes religiosos quanto por parte da mídia e defensores da laicidade. Vincular-se completamente à IURD é uma estratégia que limita o alcance do partido. Cativar candidatos e eleitores sem vínculos com a igreja é fundamental para ampliar as possibilidades de sucesso eleitoral, principalmente em disputas para o executivo e na conquista de cargos de confiança, como ministérios e secretarias. É nesse contexto de relações institucionais entre igreja e partido político que Tia Ju se destaca como política.

A “candidata Universal”

Tia Ju é natural de Conceição do Jacuípe (BA) e chegou à cidade do Rio de Janeiro em 2003, acompanhando seu marido. Na parte destinada à sua biografia em sua página na rede social Facebook, Tia Ju se identifica como “mulher, negra e nordestina, com muito orgulho”, e, além de outras informações, divulga sua formação como pedagoga e pós-graduada em Direito da Infância e da Juventude pela Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (FEMPERJ). Ela destaca a atuação como mulher que luta pelas crianças e adolescentes. Dessa forma, podemos observar diversos acionamentos da identidade da parlamentar, para além do componente religioso, acionando e disputando outros sentidos, como ser mulher, negra e nordestina. De toda sorte, ainda assim existe uma presença forte da IURD em sua biografia.

Tia Ju ocupa a função de obreira e esteve à frente da Coordenação Nacional da Escola Bíblica Infantil (EBI), onde também foi educadora, trabalhando com crianças e adolescentes. Em seu perfil na rede social Instagram, descreve a si como “esposa, tia, irmã, amiga e mãe por adoção”. Em 2019, esteve licenciada do cargo para assumir a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos da cidade do Rio de Janeiro, cidade governada por Marcelo Crivella (PRB/Republicanos). Segundo o site oficial do Republicanos, o apelido Tia foi dado a Jucelia quando ainda era muito jovem, ao realizar “trabalhos educativos voluntários com crianças carentes, adolescentes infratores e dependentes químicos de sua cidade natal”; curiosamente, as mulheres que exercem a atividade e educadoras bíblicas na igreja também ganham o apelido de Tia.

Vale destacar que a estratégia da IURD de lançar candidaturas femininas pentecostais não é recente. A influência da Lei 12.034/2009, que estabeleceu a obrigatoriedade do preenchimento de 30% das candidaturas partidárias por mulheres e, conseqüentemente, aumentou o interesse partidário por esse tipo de candidatura, apesar de existir, não é o único fator que explica tal opção.

Por um lado, Machado e Fernandes (2000) sugerem que essa escolha corresponde a uma estratégia para evitar disputas internas nas igrejas, de forma pensada pelas instâncias

eclesiásticas. Adicionalmente, Machado (2006, p. 54) apresenta a hipótese de que a transformação de mulheres em importantes atores responde “a necessidade do pentecostalismo se adequar às transformações sociais”. Em levantamento sobre a participação política feminina realizado na eleição municipal de 2000 no Rio de Janeiro, Machado (2006) encontrou dados que não corroboram a tese de que a opressão às mulheres é maior no meio pentecostal quando comparada ao restante da sociedade.

De todo modo, é notável o caráter aparentemente paradoxal da estratégia eleitoral da candidata em tela, especialmente frente ao discurso adotado pela IURD, que advoga uma naturalização dos papéis de gênero, a moralização do comportamento feminino que normaliza e incentiva a submissão da mulher e a reprodução do modelo de família patriarcal. A prédica sobre o papel da mulher na família iurdiana, que a coloca numa posição de dualidade entre a submissão e a preponderância na prosperidade do empreendimento familiar (Marchesi et al, 2021), no enfrentamento das mazelas cotidianas de ordem material e espiritual, lança um conjunto de elementos que tornam interessante pensar Tia Ju como candidata e sua inscrição no discurso iurdano.

Lançamos mão aqui do conceito de “entre-lugares” de Homi Bhabha (1998); para o autor indiano, os “entre-lugares” são interstícios entre as diferentes categorias que articulam a diferenças, como por exemplo, classe, raça, gênero, urdindo novas estratégias de subjetivação e dando início a novos signos de identidade e a relações de associação ou/e oposição. Nesse mesmo sentido vai Butler em sua definição de um sujeito como ambivalente, ao mesmo tempo efeito de um poder anterior e fruto da “condição de possibilidade de uma forma de ação radicalmente condicionada” (Butler, 2017:23). Dito de outra forma, a performatividade política de Tia Ju opera tanto nos entrelugares deixados pelo discurso patriarcal em uma instituição majoritariamente composta por mulheres pretas e pardas (Teixeira, Reis, 2022), que ainda que subordinadas, esperam ouvir e poder narrar suas vidas, medos, esperanças e conquistas na instituição.

Dessa forma, o caráter paradoxal não aparece como um problema internamente, pois, embora a candidatura de Tia Ju se coloque como defensora da mulher cumprindo necessidades específicas de representação e, inclusive, sustentando-se em uma estratégia de minoritização (Burity, 2015) não religiosa, sua atuação também reforça o papel acolhedor da mulher, o que está de acordo com a posição da Igreja. Como dissemos, a IURD sustenta uma produção de gênero binária que difunde que “os sentidos do ‘ser mulher’ emergem pela naturalização de imagens de ternura e docilidade do corpo” (Teixeira, 2016, p.191).

Ser mulher gera restrições no acesso a espaços de visibilidade e poder na igreja. Neste caso, a condição de ser esposa de um pastor da igreja autoriza o sacerdócio feminino (Teixeira, 2012, p.139) e então permite que Tia Ju fique em posição de destaque neste meio; e, mesmo que exerça a função de obreira, acaba tendo livre acesso ao altar, o que a coloca em posição de visibilidade. Como mostra o seu material de campanha, toma como uma de suas bandeiras a atuação em pautas relacionadas à criança e ao adolescente, o que condiz com o papel de mãe, reforçado, inclusive, pelo uso da alcunha “Tia”. Mas esse fato nos diz mais que isso. Dentro da pauta, uma de suas principais causas é a do incentivo à adoção. Sobre esse tema, Tia Ju afirma:

Também defendo muito as crianças que estão dentro de abrigos, que foram abandonadas pelas suas famílias. Nós ouvimos muito as pessoas falarem.. ahh porque num [sic] sei quem está adotando, porque a turma do LGBT está adotando, ah porque eles estão apadrinhando. Então ao invés de reclamar, faz como eles fazem, faz melhor do que ele. Todo ano eu puxo a caminhada da adoção. A gente puxa a caminhada da adoção. Quero ver vocês na caminhada da adoção, quero ver vocês gritando pela adoção.

Ao desenvolver a ideia “de economia política da prosperidade”, Teixeira (2018, p. 90) entende que a gestão do nascimento é seu “princípio ordenador fundamental”. Dessa maneira, o discurso da adoção na IURD, e também os discursos favoráveis à vasectomia e ao aborto, se inserem numa lógica de gestão da família. Como veremos adiante, a candidata trata de discursos que são mobilizados pela igreja, mas em algumas questões, as ultrapassa. Mobilizando a ideia de laicidade para dizer que sua candidatura aceita todos, inclusive as religiões de matriz afro. Os referenciais religiosos estão presentes – mesmo que não apareçam nas oposições comuns ao sistema religioso, seu discurso reproduz uma série de pautas encampadas pela igreja. Entendemos ser possível agrupá-lo em três eixos, considerando-se os efeitos esperados e o emprego de algumas estratégias específicas.

Discursos e performatividade: a campanha

O primeiro eixo de classificação abrange a justificação da inserção política dos evangélicos e a reafirmação de sua identidade religiosa. O que chamamos de justificação é a tentativa de explicação do interesse político partidário dos evangélicos. Seria a resposta à pergunta, tanto internamente ao grupo religioso, quanto externamente a este, do “por que se candidatar?”.

O discurso de justificação praticado por Tia Ju sustenta-se no aspecto da necessidade de representação de um segmento da sociedade. O político evangélico aparece como o defensor dos interesses e aquele que vai dar voz política a esta classe de eleitores. Nesse sentido, Tia Ju avalia a inserção dos evangélicos nessa empreitada de representação política como tardia, algo que, em sua visão, é decorrente de uma interpretação equivocada da Bíblia. Tia Ju utiliza a frase “Dê a César o que é de César” como um chamado para que o povo de Deus aceite a lei dos homens e participe da sua construção, como o agente que vai torná-las apropriadas à vontade de Deus.

Frisamos que esse movimento de justificação de uma inserção tardia na política está também relacionado às críticas que os evangélicos recebem por essa empreitada. Diversos trabalhos (Romano, 1979; Giumbelli, 2008, Montero, 2006) mostram como a política, mas sobretudo o espaço público no Brasil, foi erigido sob a hegemonia da Igreja Católica, tornando a atuação evangélica neste espaço difícil e percebida por vários setores com certo exotismo. Sendo assim, mesmo após quase 40 anos de participação política e de crescimento contínuo grupos políticos organizados sobre plataformas evangélicas ainda são vistos como sintoma de decadência da democracia brasileira. Por certo, tais análises levam em consideração a atuação em bloco dos evangélicos frente a determinadas pautas, relacionadas especialmente a demandas por reconhecimento de minorias como coletivos LGBTQIA+ e feministas.

A essa estratégia discursiva, que denominamos de justificação, está associada uma reafirmação de sua identidade religiosa. Tia Ju diz:

Graças a Deus, eu não nego a minha Fé, eu sou evangélica, mas eu abraço e recebo todos no meu gabinete. Eu fui eleita na maioria pelo povo evangélico, mas fui abraçada pelos Umbandistas, pelos Espíritas, pelos Budistas, pelos Católicos. Eu fui abraçada por todos.

Tia Ju admite que sua candidatura se sustenta pelos votos dos evangélicos – o “grosso” dos votos é decorrente de sua atuação religiosa e do apoio da Igreja (ver Figuras 1, 2, 3 e 4)³. “Volto a dizer: nosso público votante dessa sua massa são os evangélicos”. A candidata ressalta que o apoio da IURD, apesar de fundamental, não leva ao êxito em uma eleição se não for associado a outras forças. Segundo Tia Ju, é necessário que o candidato seja conhecido dentro da denominação e seja reconhecido pelo trabalho realizado na obra da igreja por parte dos outros fiéis.

Nesse sentido, sua fala vai ao encontro da explicação da deputada Zelinda Novaes em 2005, sobre a forma de escolha dos candidatos apoiados pela Igreja, o que demonstra que o capital social do candidato se mantém como um critério relevante para que a IURD invista no apoio a sua candidatura.

Veja bem, dentro de cada município ou estado, a gente percebe uma pessoa que tem determinada liderança já, ou que tem determinados conhecimentos. Também não pode pegar uma pessoa totalmente desinformada, despreparada, apara trazer a um parlamento. É a questão da confiança, a questão do fácil acesso, de ter popularidade, de ter um certo carisma, de ter compromisso com o evangelho, de ter mais ou menos um perfil. Porque claro que a gente vê que as pessoas se corrompem, mas vê quem é que tem determinada [...] que tem mais ou menos um currículo, pedem informações a outras pessoas, normalmente aos pastores que estão há um tempo, pessoas de um certo relacionamento. Não é só dizer: “eu quero ser candidato”, e ser candidato. E tem um conselho de bispos, que eles passam por apreciação desse conselho (dep. Zelinda Novaes apud BAPTISTA, 2007, p. 285-286).

No que diz respeito ao seu reconhecimento, Tia Ju aponta que a atividade que realizou como educadora bíblica e sua atuação na assistência social lhe concederam o reconhecimento necessário. Cabe destacar, novamente, que o fato de ser casada com um pastor da IURD concede visibilidade privilegiada a Tia Ju. Ainda assim, a candidata precisa reafirmar o vínculo com a igreja e com os fiéis, pois eles, como é reconhecido por ela, correspondem à maioria dos seus votos e, como veremos, exercem fiscalização sobre sua ação parlamentar.

Ocorre que aquilo que estamos chamando de justificação e de reafirmação se articulam em performatividade e discurso continuamente reelaborados, sem deixar de lado o efeito pragmático esperado e tentando se precaver de possíveis ataques sobre seu comportamento.

O segundo eixo de classificação é constituído pelo que denominamos de alargamento do discurso. Os discursos que compõem esse eixo estão relacionados às tentativas

³ Os mapas 1, 2 3 mostram a concentração de votos da candidata na Zona Norte e Oeste do Rio de Janeiro, nas eleições de 2014; 2018 e 2022, já a figura 4 mostra a proximidade dos templos da IURD aos locais de votação em que a candidata teve mais votos.

de atingir aqueles eleitores que não compartilham de um *habitus* religioso iurdiano ou evangélico, visando a amplificação da capacidade de representação política. Enquadram-se nesse eixo as seguintes falas da Tia Ju:

Nós somos do povo, nós somos das pessoas, não importa a religião que elas confessem. A religião é algo pessoal, é algo particular. É algo de cada indivíduo, isso é pessoal. Muitos falam que a gente mistura política com religião. Não, nós não misturamos política com religião. Nós fazemos políticas para todos... essa é a cara do PRB! É política pra todos. Eu nunca deixei de levar alguém até o Senador e ele dizer: não, eu só recebo evangélico.

Como as decisões são centralizadas nos coordenadores políticos da igreja, as chances de concorrência com pares que têm o mesmo perfil e nicho eleitoral é reduzida, principalmente pela estratégia de divisão de candidatos por distritos eleitorais. No entanto, os políticos ligados a IURD e o Republicanos não são os únicos que recorrem ao capital religioso para se eleger. A concorrência com candidatos de outras denominações e partidos ocorre e é preciso gerar uma resposta eficaz para este caso. O que foi observado com relação à campanha de Tia Ju é que sua gramática em expansão indica uma estratégia de resposta a essa concorrência e a criação de um perfil político adequado ao modelo republicano e menos dependente do capital político da Igreja.

Lembremos que Tia Ju concorria à reeleição. Portanto, adicionalmente a isso, para que se aumente o número de representantes, é ideal que o candidato passe a “andar com as próprias pernas”. Ou seja, que ele busque eleitorado de forma menos dependente da igreja, a fim de que esta possa investir seu capital político em outros candidatos e ampliar sua bancada eleita. É necessário notar que o alargamento do discurso responde a essa necessidade: de um lado, é positivo para a igreja e para o partido, que podem sustentar outras candidaturas sob o aspecto religioso; por outro, é positivo para o candidato, pois representa ganho de autonomia em relação aos votos de cunho religioso.

Nesse sentido, a candidata recorre a identidades que se somam, contrastam e emulgam à de evangélica, como mulher e negra, nos trazendo de volta tanto à noção de entre-lugares de Bhabha (1998):

De que modo se formam sujeitos nos “entre-lugares”, nos excedentes da soma das “partes da diferença” (geralmente expressas como raça/classe/gênero, etc.)? De que modo chegam a ser formuladas estratégias de representação ou aquisição de poder no interior de pretensões concorrentes de comunidades em que, apesar de histórias comuns de privação e discriminação, o intercâmbio de valores, significados e prioridades pode nem sempre ser colaborativo e dialógico, podendo ser profundamente antagônico, conflituoso e até incomensurável? (Bhabha, 1998, p. 20).

Nesse sentido, em seu material de campanha de Tia Ju traz propostas que demonstram esse movimento. Dentre as sete propostas listadas em uma cartilha que compõe o material de campanha, uma corresponde a “audiências públicas”, que propõe acolher denúncias sobre “negligência, abusos e maus tratos contra crianças, adolescentes, idosos, negros e mulheres” em audiências públicas com a participação da sociedade civil. Outra é relacionada diretamente à mulher e propõe “utilizar todos os mecanismos do Legislativo para ampliar os direitos das mulheres, inclusive das mulheres negras, garantindo-lhes espaço para livre expressão e instrumentos para denúncia, através de audiências públicas

e novas leis”. E uma terceira diz respeito a “negros e afrodescendentes” que propõe “lutar pela criação de políticas públicas destinadas à redução da evasão escolar e à defasagem idade-série dos alunos negros e afrodescendentes; e de saúde integral para este segmento, com a criação de bancos de dados que especifiquem a cor da pele e a classificação de doenças que afetam essa população”. As demais propostas da cartilha correspondem aos eixos, “Família”, “Criança e adolescente”, “Idoso” e o que chamou “Orçamento”, que propõe a “destinação de recursos financeiros para as áreas de educação, saúde e assistência social, em especial nas áreas e comunidades com maior risco social”. Em outra parte da cartilha, Tia Ju externa a necessidade do voto do eleitor para “continuar defendendo a família, as crianças e os adolescentes, os idosos e as mulheres”.

Ao elencar as prioridades de sua campanha, Tia Ju reforça essa imagem e afirma que sua principal causa está na proteção das crianças.

Quero continuar trabalhando pelas mulheres... pelas crianças que é a minha principal bandeira. Meu principal mastro são as crianças e os adolescentes. Porque se a gente não cuidar dessa turma, gente, esquece sociedade organizada, esquece ordem e progresso pra todos. A gente precisa cuidar dessas crianças desde o ventre das mães delas. Dando pra essas mães o direito do pré-natal digno, a atenção básica, assistência básica que é tão barata, tão barato, tudo que é básico, tudo que é preventivo é barato.

É interessante observar nesse trecho a disputa que os evangélicos, especialmente as mulheres – como Damares Alves, Michelle Bolsonaro e Tia Ju –, fazem do significado do feminino e da mulher, ocorrendo aqui o que Laclau e Mouffe (1985) classificaram como prática articulatória, que é “constitutiva do evento discursivo e consiste na fixação parcial ou deslocamento de um sistema de diferenças” (Laclau; Mouffe, 1985, p. 109), que pode se fixar ao se articular em torno de um ponto nodal. Nesses casos, a ideia de escassez moral da sociedade e a necessidade de salvá-la, tendo na mulher e família suas molas mestras, tem sido o grande ponto em torno do qual se articulam e fixam, mesmo que parcialmente, os sentidos das demais identidades.

Por outro lado, se o “alargamento” tem suas vantagens do ponto de vista eleitoral e estratégico, mas impõe desafios, tirando a campanha de uma zona de conforto. “Pregar para convertidos” é sempre mais cômodo em contraste a aventurar-se em novos discursos e mobilizar novos eleitores.

Quando eu fui agredida, atacada, lá na ALERJ, por um deputado, que num [sic] vale a pena nem citar o nome, porque a gente não pode dar ibope... hoje a candidatura é minha não é dele. Eu deixei claro uma coisa, ninguém na Assembleia Legislativa pode me acusar de ser preconceituosa. Porque não tem um gabinete mais eclético naquela casa que o meu (palmas). Eu tenho ali no meu gabinete representado assembleianos. Eu tenho representado a Igreja Universal. Eu tenho representado povos de Matriz Africana através do Marcio⁴. Eu tenho representado espíritas, eu tenho ali assessores que não creem em nada, e eu tenho representado aqueles que creem em tudo e tem os católicos também. Então, meu gabinete não só tem evangélicos. Eu sempre, quando algum evangélico ingressa na minha assessoria eu deixo claro, aqui eu faço política, quem quiser falar de religião comigo eu convido domingo pra estar comigo na Igreja ou na Assembleia ou na Universal onde eu estiver no domingo (palmas). E a gente

4 A candidata estava se referindo a Marcio Ferreira, seu assessor de comunicação. Marcio foi interlocutor na pesquisa, foi ele quem proporcionou o contato com a deputada.

conversa sobre isso, porque na Assembleia Legislativa eu estou lá pra fazer política e é o que eu vou fazer e vou continuar fazendo. E meu público evangélico tem entendido muito bem isso, que eu sei separar as questões religiosas das questões políticas. Volto a reafirmar o meu compromisso com a população do Rio, independentemente da cor da raça do credo religioso, de tudo.

No recorte acima percebe-se que existe uma constante vigilância sobre a prática política de Tia Ju. O alargamento do discurso da candidata serve como tentativa de representar a outros grupos religiosos e se defender dos ataques que recebe pelos fortes vínculos, seu e de seu partido, com a IURD. Colocar-se como uma candidata que acolhe a todos “independentemente da cor da raça do credo religioso, de tudo”, ou seja, mobilizar no discurso uma lógica de inclusão e de respeito à laicidade, tem o efeito que apresentamos como sendo do eixo da justificação.

No mesmo turno, ao colocar-se como inclusiva das religiões, é necessário justificar-se agora para os seus eleitores evangélicos, pois não é incomum que estes façam associações das religiões de matriz-africana com a ação demoníaca. As religiões de matriz-africana, bem notadamente a umbanda e o candomblé, são historicamente tratados como inimigos da IURD, suas entidades são tratadas nos cultos da IURD como demônios que possuem as pessoas e devem ser exorcizados (Almeida, 2009). Essa é uma questão que acaba sendo foco de tensão para a candidata. Nesse sentido, percebemos na fala da candidata uma tentativa de responder aos eleitores:

Quando vem me criticar “a Sr^a, é evangélica e estava lá no Cais do Valongo com os umbandistas”. Eu estava como uma pessoa pública, fui receber um Rei, que também é uma pessoa pública. Nós não estávamos ali discutindo religião, nós estávamos fazendo política. E todas as vezes que o Rei vier eu vou recebê-lo, com todas as honrarias que um Rei merece. E assim eu faço, gente. Volto a dizer, sem negar a minha fé. Isso não macula a minha fé. Isso não macula a minha fé. Aos povos de matrizes africanas que estão aqui, que me apoiam, eu já disse: eu não vou lá no Terreiro, num [sic] foi isso? Mas, eu tenho o Márcio que vai lá visitar, e vai atender vocês, mas eles vêm a mim. Porque eu não faço com hipocrisia, eu faço com sinceridade. Quem está aqui comigo, está junto, andando comigo é por que é olho no olho.

No último eixo, classificamos os discursos que compõem aquilo que definimos como defesa da moralidade. No discurso da candidata apareceu um tema caro aos políticos identificados com o conservadorismo de direita, a ideologia de gênero na educação.

A única coisa [com] que eu não coaduno é com a ideologia de gênero, porque a única ideologia que eu conheço é a ideologia (livro) de Gênesis. Mas respeito quem acredita nessa ideologia. Enquanto política eu respeito as decisões e escolhas de opções sexuais também. O indivíduo na sua fase adulta ele pode escolher o que ele quiser. Eu só não aceito é ensinar, inculcar coisa na cabeça de criança, porque são indivíduos em formação, o que você ensinar na cabeça deles vai ficar (palmas).

Ao defender sua perspectiva sobre o tema, Tia Ju se refere à Bíblia para recriminar o que entende por ideologia de gênero na educação de crianças. Além do conteúdo religioso acionado pela candidata, a sua formação como pedagoga entra em cena. Nesse caso, o argumento religioso é recorrentemente acusado de produzir uma invasão nesse espaço, que seria um debate próprio ao campo educacional, portanto, laico. Ao mobilizar em seu discurso sua formação acadêmica, Tia Ju busca emprestar

legitimidade a seu posicionamento deslocando o debate do campo religioso para o campo educacional.

E digo isso porque sou pedagoga, sou professora e sei o que (que) se passa e como se passa o processo de formação do indivíduo. Então a gente tem que deixar o indivíduo com liberdade. Quando ele chegar na idade dele de decisão que ele decida. Mas a gente não pode inculcar na cabeça de criança os nossos ideais, os nossos pensamentos, os nossos objetivos. Vamos ensinar a criança o caminho que ela deve andar. Quando a Bíblia fala sobre isso as pessoas acham, pastor, que tá falando só da Bíblia. Ensina a criança o caminho que ela deve andar. O meu entendimento nessa passagem bíblica é: ensine a criança a ser reta, a ser honesta, a ser correta, a amar ao próximo, a respeitar a família, a amar ao outro, a ser um cidadão decente... e quando for velho, ele vai saber entender tudo isso. É isso que eu entendo dessa passagem. Então, nós temos que ensinar as crianças o caminho que ela deve andar, o caminho da retidão, da honestidade. Jesus sentou com prostituta. Jesus comeu com pecador. Jesus estava na morte ao lado de dois ladrões e não se furtou de dizer, meu filho hoje tu estarás comigo no paraíso. É por isso que eu me sento com todos, estou com todos, eu só faço o que Jesus Cristo me ensinou: amar ao próximo como a mim mesma. (Palmas).

O trecho acima constitui um discurso particular que se pretende hegemônico construído em resposta a uma ameaça externa. A ameaça externa corresponde ao exterior constitutivo, no qual são estabelecidas as relações de antagonismo através das quais são possíveis a produção (precária) dos sujeitos e suas identidades. Nesse caso, está intimamente ligada à construção da identidade evangélica, que sustenta a defesa da moralidade como um dever do “povo de Deus”, mobilizada pelos políticos evangélicos em larga escala, desde o início de sua atuação política em bloco.

Além disso, a candidata faz referência a um aspecto incomum ao sistema religioso, a sua formação como pedagoga. Anteriormente a essa articulação, sua formação em pedagogia é um elemento possível, porém não comumente acionado, devido à contingência é impossível predizer sua articulação, mas a partir deste acionamento ela se transforma em um momento. Novamente fazemos referência ao exterior constitutivo: os discursos que defendem o ensino de educação sexual e/ou questões relacionadas a gênero em escolas, em grande parte são emitidos por profissionais da área de educação. Remeter-se à sua formação faz com que se defenda de estar se baseando em um conservadorismo religioso, também a coloca em possibilidade de debater o tema no campo da educação. Como em qualquer outra articulação discursiva, não há garantia de que esse discurso possa mobilizar um contingente de adeptos, no caso, eleitores.

Aquilo que é tido como certo, como a “retidão”, é elevado à condição de natural. Numa tentativa de afastar-se daquilo que possa ser entendido como ideologia e apresentar-se como a realidade sobre a vida, a verdade, algo parecido com a ideia de *doxa* (Bourdieu, 2014). É evidente uma preocupação em colocar questões morais acima da questão religiosa, ou seja, são mais importantes que a própria religião, e não é foco da ação de uma religião em específico, mas sim um tema caro a qualquer grupo que se entenda como religioso, como um eixo unificador. Nesse ponto, a ideia contida no discurso se insere no eixo defesa da moralidade, exerce efeitos de alargamento do discurso, pois é capaz de cumprir as duas funções. Portanto, aproxima-se da noção de ponto nodal. Nesse eixo encontram-se também os discursos sobre honestidade e a moralidade tanto na vida civil quanto na vida política.

É interessante frisar que a pertença religiosa da candidata e a avaliação geral de como são vistos os religiosos que se inserem na política são levadas em consideração para elaboração das estratégias discursivas utilizadas.

O discurso sobre laicidade pode aparecer em todos os eixos e é mobilizado com bastante ênfase nos dois primeiros. Defender a laicidade em se tratando de um político evangélico corresponde a se posicionar contra o discurso que os acusa de “misturar política com religião”. Essa acusação é recorrente: defender a laicidade é defender-se dela. Outro efeito disso é justamente a justificação: se o Estado é laico, ele deve aceitar e assegurar a presença de evangélicos e demais grupos religiosos sem distingui-los de outros grupos de interesse presentes no mundo político, o que, em termos, coloca as religiões de um mesmo lado de um corte antagônico. Religiões que no campo religioso são concorrentes acabam, diante de um discurso que defende a possibilidade de todas participarem do campo político por estar do “mesmo lado” quando aquilo que é tido como o outro significa limitar a participação política de candidatos religiosos.

Em que pese a vitória do projeto que Burity (2020) classifica como dominado pela “elite parlamentar pastoral de caráter reativo, regressivo e de alinhamento com um crescente movimento transnacional de direita religiosa e política”, que marca a atuação recente dos pentecostais na política, a solidificação de uma postura alinhada ao neoliberalismo posto em prática na atuação recente dos pentecostais na política suporta, mas também usufrui das possibilidades de representação de minorias. Pelo menos é o caso da candidatura que analisamos. O investimento nessa representação responde a objetivos diretos, como a busca por votos, e contém efeitos bastante desejados, produzindo opacidade sobre a preponderância da identidade religiosa como base eleitoral e ofuscando a ligação do partido com a igreja, servindo como testemunho de uma atuação política calcada na laicidade.

Burity (2008, p. 87, 88) afirma que a religião não apenas compõe a pluralidade, não simplesmente integra um leque de “identidades particulares”, ela “incorpora várias das questões que a sensibilidade cultural envolve”, neste caso, as relativas a gênero e raça. Desse modo, é possível afirmar que ocorre uma sobreposição de estratégias, as identidades são negociadas e acionadas de acordo com o que as circunstâncias exigem.

Considerações finais

O Brasil enfrentou durante sua história diversos desafios em relação às relações entre Estado e igreja católica. O processo de engajamento de setores evangélicos está relacionado a essa questão, para atuação junto à Constituição de 1988. Ao longo da atuação política, a IURD passou por mudanças de acordo com os movimentos e aprendizagens decorrentes de novas experiências no fazer religioso. Como exemplo, temos o trabalho de assistência social que “sensibilizou” a instituição para uma nova postura política que culminou na viabilização de uma parceria com Partido dos Trabalhadores, algo inimaginável no início da década de 1990. De maneira semelhante, sua atuação política recente absorve uma particular característica da conjuntura política brasileira

atual, posicionando-se politicamente, por meio do Republicanos, como conservador nos costumes e liberal na economia.

O pragmatismo nas suas estratégias de atuação política: sua atuação demonstra um acentuado pragmatismo político. No decorrer das eleições presidenciais em que participou, de 1989 a 2018, em nenhuma delas pode se dizer que saiu derrotada. Mesmo nos momentos mais críticos, como sua relação com FHC e no período da segunda eleição de Dilma até o seu impedimento, conseguiu se preservar, apostando em uma neutralidade de ocasião. Prova disso é que, mesmo após alguns entraves, consegue ter prestígio com a indicação de políticos para importantes cargos nos governos.

No momento em que a igreja transfere sua articulação política de um partido que fora ocupado para um partido que se desenvolve desde o nascimento vinculado a ela, a pressão de seus pares na política se eleva e encontram argumentos que se sustentam predominantemente relacionados à laicidade. O novo quadro exige uma flexibilização do discurso empregado. A estratégia de hegemonia política implica, agora, não apenas colocar-se como viável para os evangélicos em geral, implica ultrapassar o discurso que amarra o Republicanos a este segmento, ou seja, exige a construção de uma nova articulação que sustente sua legitimidade sem que tenham que recorrer a identidade religiosa, ou que, pelo menos, consiga ser imbricada a esta.

Dessa forma, houve um desafio na candidatura de Tia Ju, que precisava sustentar um discurso de ser uma política a serviço de todos os grupos sociais, mesmo daqueles em que a sua instituição religiosa combateu como concorrente ao longo de sua existência. Essa maneira de discursar é desafiadora porque ao mesmo tempo em que é necessário enfatizar a identidade religiosa para ganhar votos, é necessário precaver-se das acusações de contaminação da política pela religião.

A candidatura de Tia Ju é fundamental para o partido e a igreja. A igreja atua na construção hegemônica sobre o feminino e os sentidos de ser mulher. O partido teve atuação de direita nas últimas eleições e distante das posições progressistas com relação aos direitos das mulheres. Nesse contexto, ao se ter uma mulher negra e protagonista compondo os quadros mais importantes, esta mulher – ela própria, Tia Ju – torna-se meio de legitimação das instituições.

Referências

ALMEIDA, Ronaldo de. *A Igreja Universal e seus demônios: um estudo etnográfico*. São Paulo. Editora Terceiro Nome, 2009.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. *Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembléia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006)*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – UMESP, São Bernardo do Campo, 2007.

BURITY, Joanildo A. *Religião, política e cultura*. *Tempo social*, v. 20, p. 83-113, 2008.

- BURITY, Joanildo. Minoritização, glocalização e política: para uma pequena teoria da translocalização religiosa. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 30, n. 2, p. 31-73, 2015.
- BURITY, Joanildo. Itinerário histórico-político dos evangélicos no Brasil. In: *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI* / [organização José Luis Pérez Guadalupe e Brenda Carranza]. — Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.
- BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017
- CAMURÇA, Marcelo Ayres. Um poder evangélico no Estado Brasileiro? mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. *Revista NUPEM*, v. 12, n. 25, p. 82-104, 2020.
- CARRANZA, Brenda (2013). Linguagem midiática e religião. In: PASSOS, João Décio, USARKI, Frank. *Compêndio de ciência da religião*. São Paulo: Paulinas: Paulus.
- CARRANZA, Brenda. Evangélicos: o novo ator político. In: *Novo ativismo político no Brasil : os evangélicos do século XXI* / [organização José Luis Pérez Guadalupe e Brenda Carranza]. — Rio de Janeiro : Konrad Adenauer Stiftung, 2020.
- CERQUEIRA, Claudia. Igreja como partido: a relação entre a Igreja Universal do Reino de Deus e o Republicanos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, 2021.
- CHAUVIN, Sébastien; JOUNIN, Nicolas. *A observação direta*. PAUGAM, S. *A pesquisa sociológica*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- CONNOLLY, E. William. “The Evangelical-Capitalist Resonance Machine.” *Political Theory*, 2005, vol. 33, nº 6: 869-86.
- DAVIE, G. Vicarious religion: a response, *Journal of Contemporary Religion*, 25, 261-267, 2010.
- FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH-Unicamp, Campinas, 1993.
- GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. *Religião e Sociedade*, 28 (2): 80–101; 2008.
- HAMMERSLEY, M. and P. ATKINSON. *Ethnography Principles in Practice*, Routledge, 2019.
- HAYNES, J. Right-Wing Populism and Religion in Europe and the USA. *Religions* 2020, 11, 490.
- HERVIEU-LÉGER, D. *La religion pour mémoire*. Paris: Cerf, 1993.

KOZINETS, Robert. V. *Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso, 2014.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy*. London: Verso, 1985

LACLAU, Ernesto. *A Razão Populista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

LÖWY, M. *The war of gods. Religion and politics in Latin América* London, New York: Verso, 1996.

MARCHESE, Valéria Barros dos Santos; ROSA, Pablo Ornelas; RESENDE, Paulo Edgar da Rocha. *Conjugalidade e racionalidade neoliberal na Igreja Universal: A conversão do homo oeconomicus em família-empresa e a submissão da mulher*. *Religião & Sociedade*, v. 41, p. 101-124, 2021.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. FGV, Rio de Janeiro, 2006.

MACHADO, Maria das Dores Campos; FERNANDES, Silvia. *Carismáticas e Pentecostais: A dimensão Feminina nos Movimentos Revivalistas*. *Revista Magis*, v. 37, p. 151-167, 2000.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MONTERO, Paula. *Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil*. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 74: 47-65. 2006.

MURPHY, Ann V. "Sexualidade". In: DREYFUS, H.L.; WRATHALL, M.A. (Orgs.). *Fenomenologia e Existencialismo*. São Paulo: Loyola, 2012, p. 441-452.

ORO, Ari Pedro; TADVALD, Marcelo. *A Igreja Universal do Reino de Deus e a reconfiguração do espaço público religioso brasileiro*. *Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião*, v. 17, n. 23, p. 76-113, 2015.

PRANDI, Reginaldo; DOS SANTOS, Renan William; BONATO, Massimo. *Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil*. *Revista USP*, n. 120, p. 43-60, 2019.

PY, Fábio. *Padre Paulo Ricardo: trajetória política digital recente do agente ultracatólico do cristofascismo brasileiro*, *Tempo & Argumento*, 2021;

ROMANO, Roberto. *Brasil. Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979

SOUZA, André. *Meandros da força política evangélica no Brasil*. *Revista cultura y religión*, v. 7, n. 2, p. 117-128, 2013.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. *Da controvérsia às práticas: conjugalidade, corpo e prosperidade como razões pedagógicas na Igreja Universal*. *Dissertação de Mestrado*. Universidade de São Paulo, 2012.

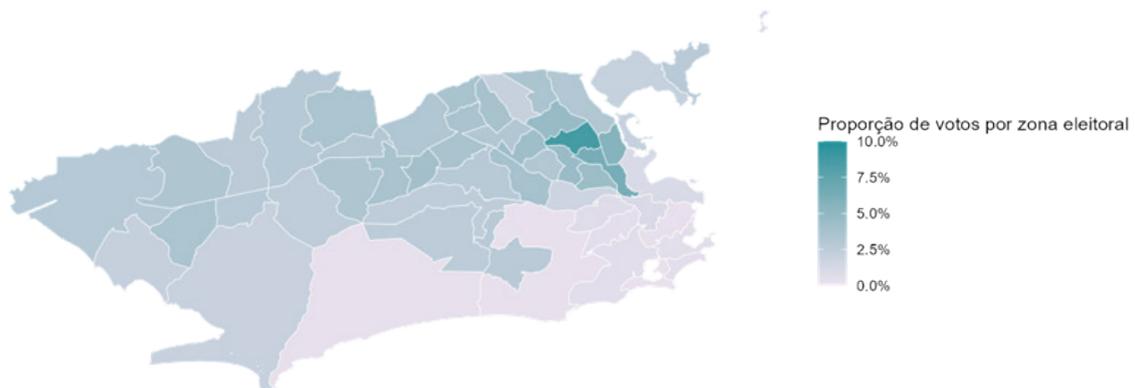
TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. *A mulher universal. Corpo, gênero e pedagogia da prosperidade*. Rio de Janeiro. Mar de ideias–Navegação Cultural, 2016.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. *A conduta universal: governo de si e políticas de gênero na Igreja Universal do Reino de Deus*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2018.

TEIXEIRA, Jacqueline M.; REIS, Livia. *Mulheres evangélicas para além do voto: notas sobre processos de engajamento, política e cotidiano*. Debates do NER, Porto Alegre, ano 22, n. 42, p. 11 – 64, 2023.

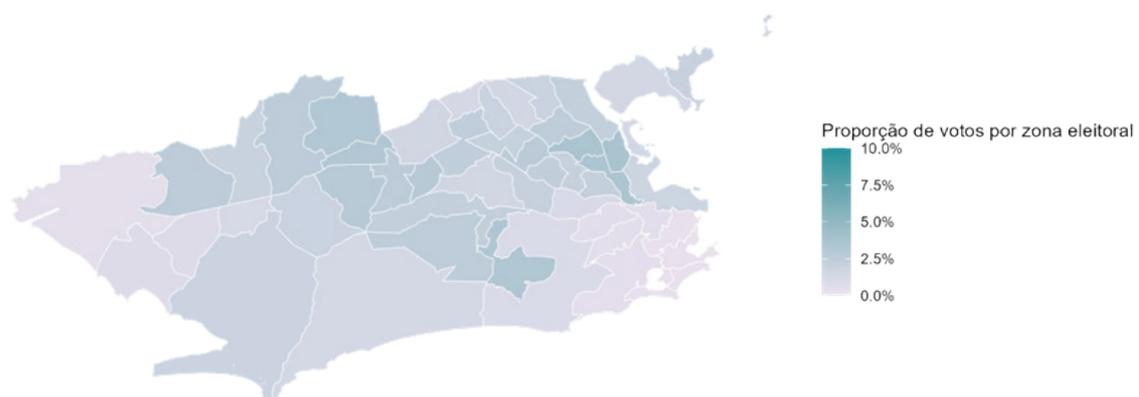
Anexos

Figura 1: Votação da Tia Ju nas zonas eleitorais da cidade do Rio de Janeiro (2014)

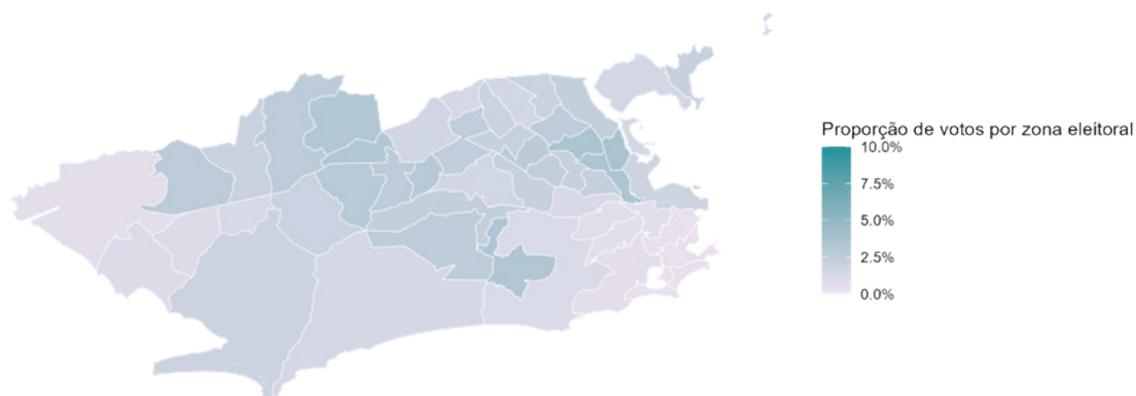


Fonte: TSE

Figura 2: Votação da Tia Ju nas zonas eleitorais da cidade do Rio de Janeiro (2018)



Fonte: TSE

Figura 3: Votação da Tia Ju nas zonas eleitorais da cidade do Rio de Janeiro (2022)

Fonte: TSE

Figura 4: Local de votação CIEP Maestrina Chiquinha Gonzaga, Bairro de Bangu, templos da IURD

Fonte: Elaboração a partir do Google

Submetido em: 31/12/2023

Aprovado em: 03/05/2024

Conflito de interesses: Nenhum declarado.

Editor responsável: Alfredo Teixeira.